

ASSUNTO: MERCADOS MONETÁRIOS - ALTERAÇÃO DA INSTRUÇÃO Nº 1/99

Dá-se conhecimento das alterações introduzidas na Instrução nº 1/99 (BNBP nº 1, de 15-01-1999), que serão aplicadas a partir de 30 de Maio de 2005.

- **Anexa-se o texto integral da Instrução nº 1/99, com as modificações nela introduzidas.**
- **Com vista ao cumprimento do disposto no ponto IV.1. da Instrução nº 1/99, para a prossecução da participação no Mercado de Operações de Intervenção (MOI), as instituições participantes neste mercado devem enviar ao Banco de Portugal, até ao dia 25 de Maio de 2005, a carta anexa, devidamente assinada.**
- **A Instrução alteradora nº 16/2005, que será oportunamente publicada no Boletim de Normas do Banco de Portugal, tem a seguinte redacção:**

“ASSUNTO: Mercado de Operações de Intervenção (MOI)

O Banco de Portugal, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos 14.º, 15.º, 16.º e 24.º da sua Lei Orgânica, aprovada pela Lei nº 5/98, de 31 de Janeiro, determina o seguinte:

1. Aos números I.2., I.9., V.1.1.4., VI.1.3., VI.1.3.1., VI.1.3.2., VI.1.5., VI.1.6. e VI.2.2.2. da Instrução nº 1/99, publicada no BNBP nº 1, de 15.01.99, é dada a seguinte redacção:

I.2. As comunicações das operações relativas ao MOI são normalmente estabelecidas através de uma rede de comunicação de dados gerida pelo BP, ou por via telefónica, sendo, no primeiro caso, utilizado o Sistema de Transferências Electrónicas de Mercado (SITEME), regulamentado pela Instrução nº 47/98, cujo acesso é efectuado através do portal do BPnet, regulamentado pela Instrução nº 30/2002.

I.9. “Dia útil” significa nesta Instrução e seus anexos:

Dia Útil do BCN: qualquer dia em que esse BCN se encontre aberto para realizar operações de política monetária do Eurosistema.

Dia Útil do Eurosistema: qualquer dia no qual o BCE e pelo menos um BCN se encontrem abertos para realizarem operações de política monetária do Eurosistema. Os dias úteis do Eurosistema correspondem aos dias em que o TARGET se encontra em funcionamento.

V.1.1.4. Os leilões rápidos são, normalmente, executados no período de 90 minutos, contados a partir do anúncio do leilão, ocorrendo a certificação dos resultados da colocação imediatamente após o anúncio desses resultados.

VI.1.3. Na realização de operações de política monetária as instituições participantes não poderão entregar ao BP nem utilizar os activos que tenham sido excluídos de qualquer das Listas, os que sejam ou passem a ser obrigações de dívida assumidas ou garantidas pela própria instituição participante, incluindo a situação em que exista identidade entre essa instituição e o emitente ou garante ou por qualquer outra entidade com a qual essa instituição tenha ou passe a ter relações estreitas, de acordo com a definição incluída em VI.1.3.4. Sempre que se verifique a utilização de activos que deixem de poder ser utilizados pela instituição participante devido à existência de relações de identidade ou a relações estreitas, a instituição notificará imediatamente o BP desse facto, e esses activos são avaliados a zero a partir da data de avaliação seguinte, podendo ser aplicado um valor de cobertura adicional. Os activos em questão deverão ser retirados da garantia com a maior celeridade possível.

VI.1.3.1. Esta disposição não se aplica a relações estreitas entre as instituições participantes e as autoridades públicas dos países do EEE (incluindo os casos em que uma autoridade pública actua como garante de um emitente).

VI.1.3.2. Estão excluídos da definição de relações estreitas os casos em que tais instrumentos de dívida cumpram estritamente com os critérios estabelecidos no Artigo 22 (4) da Directiva 85/611/CEE do Conselho, de 20 de Dezembro de 1985, com as alterações que lhe foram introduzidas, ou estejam protegidos por garantias legais específicas equivalentes.

VI.1.5. O BCE estabelece e mantém diariamente actualizada a lista de activos incluídos na Lista 1, da qual estes activos podem, a qualquer momento, ser excluídos. A Lista 2 é estabelecida e diariamente actualizada pelos BCN. Os BCN podem, a qualquer momento, decidir excluir activos das suas Listas 2. As Listas 1 e 2 estão disponíveis para consulta do público em <http://www.ecb.int> ou <http://www.bportugal.pt> (nesta última página apenas estão disponíveis os activos propostos pelo BP).

VI.1.6. O BP pode decidir não aceitar como activos subjacentes em operações de política monetária os seguintes, apesar da sua inclusão nas Listas 1 ou 2:

- a) Os instrumentos de dívida que hajam de ser reembolsados antes da data de vencimento da operação em causa;
- b) Os instrumentos de dívida relativamente aos quais durante o prazo da operação haja lugar ao exercício de direitos de rendimento ou de outra natureza, designadamente ao pagamento de cupão.
- c) Os instrumentos de dívida emitidos por entidades estabelecidas nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão ou na Suíça, relativamente aos quais haja lugar a pagamento de cupão durante o prazo da operação ou nos 30 dias seguintes à data de entrega desses instrumentos.

VI.2.2.2. As margens de avaliação aplicáveis aos activos incluídos na Lista 2 são as seguintes:

1) Instrumentos de dívida transaccionáveis com liquidez limitada

Com Cupão de Taxa Fixa:

- 2%, para prazo residual até 1 ano;
- 3,5%, para prazo residual superior a 1 ano e até 3 anos;
- 5,5%, para prazo residual superior a 3 anos e até 5 anos;
- 6,5%, para prazo residual superior a 5 anos e até 7 anos;
- 8%, para prazo residual superior a 7 anos e até 10 anos;
- 12%, para prazo residual superior a 10 anos.

Com Cupão Zero:

- 2%, para prazo residual até 1 ano;
- 3,5%, para prazo residual superior a 1 ano e até 3 anos;
- 6%, para prazo residual superior a 3 anos e até 5 anos;
- 7%, para prazo residual superior a 5 anos e até 7 anos;
- 10%, para prazo residual superior a 7 anos e até 10 anos;
- 18%, para prazo residual superior a 10 anos.

2) Instrumentos com liquidez escassa e características especiais

– Com Cupão de Taxa Fixa:

- 4%, para prazo residual até 1 ano;
- 8%, para prazo residual superior a 1 ano e até 3 anos;
- 15%, para prazo residual superior a 3 anos e até 5 anos;
- 17%, para prazo residual superior a 5 anos e até 7 anos;
- 22%, para prazo residual superior a 7 anos e até 10 anos;
- 24%, para prazo residual superior a 10 anos.

– Com Cupão Zero:

- 4%, para prazo residual até 1 ano;
- 8%, para prazo residual superior a 1 ano e até 3 anos;
- 16%, para prazo residual superior a 3 anos e até 5 anos;
- 18%, para prazo residual superior a 5 anos e até 7 anos;
- 23%, para prazo residual superior a 7 anos e até 10 anos;
- 25%, para prazo residual superior a 10 anos.

3) Instrumentos de dívida não transaccionáveis

Letras:

- 4% para prazo residual até 6 meses.

Empréstimos bancários:

- 12% para prazo residual até 6 meses;
- 22% para prazo residual superior a 6 meses e até 2 anos.

Notas promissórias com garantia hipotecária:
- 22% para prazo residual até 2 anos.

2. São aditados à Instrução nº 1/99 os números VI.1.3.4., VI.1.6.1. e VI.2.2.1.3.1. com a seguinte redacção:

VI.1.3.4. Por relação estreita entende-se qualquer situação em que a instituição participante esteja ligada a um emitente de instrumentos de dívida pelo facto de:

- a instituição participante deter 20% ou mais do capital do emitente; ou uma ou mais empresas em que a instituição participante detenha a maioria do capital deterem 20% ou mais do capital do emitente; ou a instituição participante e uma ou mais empresas em que a instituição participante detenha a maioria do capital deterem em conjunto 20% ou mais do capital do emitente; ou
- o emitente deter 20% ou mais do capital da instituição participante; ou uma ou mais empresas em que o emitente detenha a maioria do capital deterem em conjunto 20% ou mais do capital da instituição participante; ou o emitente e uma ou mais empresas em que o emitente detenha a maioria do capital deterem em conjunto 20% ou mais do capital da instituição participante; ou
- um terceiro deter simultaneamente a maioria do capital da instituição participante e a maioria do capital do emitente, directa ou indirectamente, neste caso através de uma ou mais empresas em que o referido terceiro detenha a maioria do capital.

VI.1.6.1. Os instrumentos de dívida emitidos por entidades estabelecidas nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão ou na Suíça que estejam a ser utilizados como activos de garantia em qualquer operação devem ser substituídos pelas instituições participantes um mês antes do pagamento do respectivo cupão. O BP não se responsabiliza por quaisquer pagamentos, deduções ou retenções de imposto, bem como pela prestação de informações relativas a instrumentos de dívida que eventualmente se mantenham em poder do BP por a instituição participante não ter procedido à sua substituição.

VI.2.2.1.3.1. Para este efeito, um pagamento de cupão é tratado como sendo um pagamento de cupão de taxa variável se o cupão estiver ligado a uma taxa de juro de referência e se o período de nova fixação que corresponde a este cupão não for superior a um ano. Os pagamentos de cupão para os quais o período de nova fixação seja superior a um ano são tratados como pagamentos de taxa fixa, pelo que o prazo relevante para a margem de avaliação corresponde ao prazo residual do instrumento de dívida.

3. A Instrução nº 1/99, com a redacção que lhe é dada por esta Instrução, é integralmente republicada em anexo com as necessárias correcções, resultantes das modificações nela introduzidas.

4. Mantêm-se inalteradas as partes I e II do Anexo em vigor.

5. O disposto nesta Instrução entra imediatamente em vigor, aplicando-se a partir do dia 30 de Maio de 2005.

6. São destinatárias desta Instrução as instituições de crédito.”

Em anexo: Instrução nº 1/99 com as alterações introduzidas pela Instrução nº 16/2005¹
Carta de aceitação para assinatura e devolução ao BP até 25-05-2005

¹ Publicada neste Boletim Oficial, em papel cinza, e, em formato electrónico (SIBAP) Manual.

Enviada a:

Bancos, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Geral de Depósitos, Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas Económicas, Instituições de Moeda Electrónica, Instituições Financeiras de Crédito, Sociedades de Factoring, Sociedades de Garantia Mútua, Sociedades de Investimento, Sociedades de Locação Financeira e Sociedades Financeiras para Aquisições a Crédito.

Ao Banco de Portugal
Departamento de Mercados e Gestão de Reservas
Rua Francisco Ribeiro, 2
1150-165 LISBOA

Assunto: Participação no Mercado de Operações de Intervenção (MOI)

Nos termos e para os efeitos do disposto no ponto IV.1.da Instrução do Banco de Portugal nº 1/99 (BNBP nº 1, de 15-01-99) relativa ao Mercado de Operações de Intervenção (MOI), alterada pela Instrução nº 16/2005,

F _____

(_____) e **F** _____

_____, (_____),

em representação de _____

pessoa colectiva nº _____, com sede em _____

_____, abreviadamente designada “Instituição Participante”, com poderes para subscreverem o presente documento, declaram conhecer e aceitar as regras a cumprir pela “Instituição Participante” que representam, resultantes da sua participação no mercado monetário único, nomeadamente as relativas a sanções pela violação dessas regras, em particular as que constam da Instrução nº 1/99, relativa ao Mercado de Operações de Intervenção (MOI), e em especial as contidas no seu Capítulo VII e nas Partes I e II do Anexo relativas a incumprimento e as que regem em matéria de compensação, a qual poderá ter lugar nos termos e condições previstos naquela Instrução, designadamente nos casos em que a “Instituição Participante” venha a ser objecto de quaisquer providências de recuperação, de saneamento ou outras de natureza similar, ou venha a ser declarada em estado de falência, por forma a que tal compensação, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei nº 70/97, de 3 de Abril, seja oponível à massa falida e aos credores dessa massa.

_____, _____ de _____ de _____

Assinaturas: _____
